



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a realização de leilão público para outorga de **permissão onerosa de uso de espaços públicos, em caráter precário, temporário e remunerado, destinados à exploração comercial durante o Festival Cultural de Festa de Santana 2026, a ser realizado nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2026**, no Município de Guaraciaba/MG, conforme condições, obrigações, áreas delimitadas, valores mínimos e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QUANT. | UNIDADE | VALOR MÍNIMO |
|------|---|--------|---------|----------------------|
| 01 | PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO: Permissão de uso de espaço público em caráter precário e oneroso para exploração remunerada, por pessoa jurídica, de área pública para Praça De Alimentação (comercialização de alimentos e bebidas) durante o FESTIVAL CULTURAL DE FESTA DE SANTANA 2026 a ser realizado nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2026 no município de Guaraciaba – MG. Área aproximada de 5.000 m² Barracas na medida aproximada de 3,0 x 3,0. Permitido o número máximo de 16 Unidades (Barracas ou Trailers). | 01 | Unidade | R\$ 50.000,00 |
| 02 | PARQUE DE DIVERSOES: Permissão onerosa de uso de espaço público, em caráter precário e temporário, destinada à instalação, operação e exploração comercial de parque de diversões durante o FESTIVAL CULTURAL DE FESTA DE SANTANA 2026 a ser realizado nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2026 no município de Guaraciaba – MG, compreendendo, no mínimo, os seguintes equipamentos: roda-gigante, carrinho bate-bate, minhocão, Barca Viking, twister e brinquedos infláveis, observadas as normas técnicas de segurança, licenciamento, responsabilidade civil, alvarás, autorizações dos órgãos competentes e demais exigências previstas no edital e em seus anexos. | 01 | Unidade | R\$ 10.000,00 |
| 03 | ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS: Permissão de uso de espaço público em caráter precário e oneroso para exploração remunerada de área pública para comercialização de estacionamento de veículos durante o FESTIVAL CULTURAL DE FESTA DE SANTANA 2026 a ser realizado nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2026 no município de Guaraciaba – MG, área aproximada para comportar 200 Veículos. | 01 | Unidade | R\$ 5.000,00 |
| 04 | ESTANDE PARA DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL: Permissão onerosa de uso de espaço público, em caráter precário e temporário, destinada à instalação de estande para divulgação institucional, exposição de produtos e comercialização de bens ou serviços durante FESTIVAL CULTURAL DE FESTA DE SANTANA a ser realizado nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2026 no município de Guaraciaba – MG. | 01 | Unidade | R\$ 2.000,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



1.2. A permissão de uso não transferirá domínio, posse definitiva, concessão de direito real ou qualquer forma de apropriação permanente dos bens públicos, mantendo-se a Administração Municipal com plenos poderes de fiscalização, controle, revogação, imposição de medidas corretivas, aplicação de sanções e retomada dos espaços, sempre que necessário à proteção do interesse público.

1.3. A licitação será estruturada em itens autônomos, admitida a participação dos interessados em um ou mais itens, observadas as exigências específicas de cada atividade e a capacidade operacional necessária à exploração regular do espaço.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4. O objeto deste procedimento, consistente na outorga de permissão onerosa de uso de espaços públicos para exploração comercial temporária durante o Festival Cultural de Festa de Santana 2026, possui natureza objetivamente definível, uma vez que suas condições de execução, áreas disponibilizadas, limites de ocupação, obrigações dos permissionários, valores mínimos e requisitos operacionais podem ser descritos de forma clara no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, em conformidade com o art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.

Fundamentação Legal

1.5. Considerando a natureza do presente procedimento, que tem por finalidade a geração de receita ao Município por meio da outorga de permissão onerosa de uso de espaços públicos, mediante leilão público, não será exigida garantia de proposta dos interessados.

1.6. A opção pela não exigência de garantia de proposta mostra-se adequada e proporcional, uma vez que o objeto não envolve desembolso financeiro pela Administração, mas exploração econômica temporária de bem público por particular, mediante pagamento de outorga em favor do Município. Assim, a proteção do interesse público será assegurada por outros mecanismos previstos no edital, especialmente a exigência de pagamento do valor ofertado antes da assinatura do termo de permissão, da liberação do espaço ou do início da exploração comercial.

1.7. A adoção da modalidade leilão observa o art. 28, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que **prevê o leilão como modalidade de licitação, bem como o critério de julgamento de maior lance**, previsto no art. 33, inciso V, da mesma Lei, aplicado no que couber à outorga onerosa de uso de espaço público. A garantia de proposta prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021 possui natureza facultativa, razão pela qual sua dispensa, no caso concreto, encontra justificativa na natureza arrecadatória do procedimento, na exigência de pagamento prévio da outorga e na ausência de risco de antecipação de despesa pública.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.8. O objeto do presente procedimento não se enquadra como contratação de serviços sob regime de execução indireta, nem como empreitada por preço unitário, fornecimento parcelado ou contratação mediante Sistema de Registro de Preços, uma vez que não haverá prestação de serviços à Administração Pública nem desembolso financeiro pelo Município.

1.9. Trata-se de outorga de permissão onerosa de uso de espaços públicos municipais, em caráter precário, temporário e remunerado, mediante leilão público, destinada à exploração econômica por particulares durante o Festival Cultural de Festa de Santana 2026, com critério de julgamento pelo maior lance ou maior oferta sobre os valores mínimos previamente definidos pela Administração.

1.10. A natureza jurídica do procedimento é de seleção de interessados para utilização temporária de bem público, por sua conta e risco, mediante pagamento de outorga em favor do Município, observadas as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, no croqui de ocupação, no laudo de avaliação e nos demais anexos do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



1.11. A execução da permissão ocorrerá de forma temporária e vinculada exclusivamente ao período autorizado para montagem, funcionamento e desmontagem das estruturas, não gerando ao permissionário direito de permanência, posse definitiva, exclusividade fora dos limites autorizados, indenização por investimentos realizados ou qualquer direito real sobre os espaços públicos disponibilizados.

1.12. Caberá ao permissionário assumir integralmente os custos, encargos, riscos e responsabilidades decorrentes da exploração econômica do espaço, incluindo montagem, desmontagem, operação, pessoal, licenças, autorizações, limpeza, segurança operacional, danos a terceiros, recomposição de eventuais prejuízos ao patrimônio público e cumprimento das normas aplicáveis à atividade exercida.

Prazo de vigência

1.13. O presente procedimento tem por objeto a outorga de permissão onerosa de uso de espaços públicos municipais, em caráter precário, temporário e remunerado, mediante leilão público, destinada à exploração econômica por particulares durante o Festival Cultural de Festa de Santana 2026, com geração de receita em favor do Município.

1.14. A vigência da permissão ficará restrita ao período expressamente previsto no edital e no respectivo termo de permissão, compreendendo as etapas de montagem, funcionamento, desmontagem, limpeza, retirada de equipamentos e devolução das áreas públicas nas condições estabelecidas pela Administração Municipal.

1.15. A exploração comercial dos espaços ocorrerá exclusivamente durante o período autorizado para o evento, especialmente nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2026, observados os horários de funcionamento, os limites físicos delimitados no croqui oficial e as condições operacionais definidas no edital e em seus anexos.

1.16. A permissão onerosa de uso possui natureza precária e temporária, não conferindo ao permissionário direito de permanência, renovação automática, posse definitiva, direito real, indenização por investimentos realizados ou qualquer forma de exclusividade além dos limites físicos, temporais e operacionais expressamente autorizados pela Administração.

1.17. O pagamento do valor ofertado no leilão deverá observar a forma, o prazo e as condições previstas no edital, constituindo condição indispensável para assinatura do termo de permissão, liberação do espaço, autorização de montagem e início da exploração comercial.

1.18. O termo de permissão ou instrumento equivalente disciplinará, de forma complementar, as regras relativas à vigência, utilização do espaço, montagem, funcionamento, desmontagem, limpeza, entrega da área, responsabilidades do permissionário, fiscalização administrativa e hipóteses de revogação, rescisão ou extinção da permissão de uso.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade administrativa que fundamenta o presente procedimento decorre da necessidade de organizar, disciplinar e controlar a exploração econômica temporária dos espaços públicos destinados ao Festival Cultural de Festa de Santana 2026, a ser realizado no Município de Guaraciaba/MG.

2.2. A outorga de permissão onerosa de uso busca assegurar que a ocupação das áreas públicas ocorra de forma regular, transparente, segura e previamente delimitada, evitando exploração informal, conflitos de uso, ocupação desordenada, riscos ao público e prejuízos à organização do evento.

2.3. A solução proposta permite à Administração Municipal selecionar, por meio de leilão público, os interessados que ofertarem maior valor pela utilização temporária dos espaços, garantindo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



aproveitamento econômico dos bens públicos, geração de receita ao Município, isonomia entre os participantes e adequado controle administrativo sobre as atividades exploradas.

2.4. Dessa forma, resta demonstrada a necessidade do procedimento, nos termos do art. 18, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a identificação do interesse público envolvido, a finalidade de ordenamento da ocupação dos bens municipais e a necessidade de garantir segurança jurídica à exploração comercial durante o evento.

2.5. As informações pormenorizadas acerca da necessidade administrativa, da justificativa da solução, dos elementos técnicos, das alternativas avaliadas e dos demais fundamentos da fase preparatória constam do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra os autos do processo administrativo e deverá ser observado em conjunto com este Termo de Referência, o edital e seus anexos.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução adotada consiste na outorga de permissões onerosas de uso de espaços públicos municipais, em caráter precário, temporário e remunerado, mediante leilão público, destinadas à exploração econômica por particulares durante o Festival Cultural de Festa de Santana 2026, observados os limites físicos, prazos, condições operacionais e obrigações estabelecidas no edital e em seus anexos.

3.2. A modelagem proposta permite à Administração disciplinar previamente a utilização dos bens públicos, selecionar os interessados por critério objetivo de maior lance ou maior oferta, assegurar transparência, isonomia e competitividade, além de gerar receita ao Município pela exploração temporária dos espaços disponibilizados.

3.3. A permissão onerosa abrangerá os espaços definidos no objeto, conforme delimitação constante do croqui oficial, cabendo aos permissionários assumir, por sua conta e risco, a montagem, operação, manutenção, desmontagem, limpeza, regularidade documental, segurança operacional e demais responsabilidades decorrentes da atividade explorada.

3.4. A solução mostra-se adequada ao interesse público, pois evita ocupações informais ou desordenadas, reduz conflitos de uso, fortalece o controle administrativo sobre os espaços, melhora a organização do evento e permite que a exploração econômica ocorra de forma regular, segura e previamente autorizada.

3.5. As informações complementares e pormenorizadas sobre a necessidade administrativa, a justificativa da solução escolhida, a análise das alternativas, os critérios de estimativa dos valores mínimos, as condições operacionais, as providências prévias e os demais elementos técnicos constam do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra os autos do processo administrativo e deverá ser observado em conjunto com este Termo de Referência, o edital e seus anexos.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Na exploração dos espaços públicos objeto da permissão onerosa de uso, os permissionários deverão observar, no que couber, práticas de sustentabilidade, preservação ambiental, higiene, segurança e uso racional dos recursos disponíveis, especialmente durante as etapas de montagem, funcionamento, desmontagem, limpeza e devolução das áreas utilizadas.

4.2. Os permissionários deverão utilizar estruturas, equipamentos, barracas, trailers, brinquedos, materiais e instalações em bom estado de conservação, segurança e funcionamento, priorizando, sempre que possível, materiais reutilizáveis, recicláveis, duráveis ou de menor impacto ambiental.

4.3. Deverão ser adotadas medidas destinadas à redução da geração de resíduos sólidos, ao acondicionamento adequado de embalagens, descartáveis, resíduos orgânicos e demais materiais



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



decorrentes da exploração comercial, bem como à destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados, observadas as orientações da Administração Municipal e dos órgãos competentes.

4.4. Os permissionários deverão promover o uso racional de água e energia elétrica, evitando desperdícios, ligações irregulares, sobrecarga de instalações, descarte inadequado de líquidos, obstrução de áreas de circulação e qualquer prática que possa comprometer a limpeza, a segurança, a salubridade ou a organização do evento.

4.5. Deverão ser observadas as normas ambientais, sanitárias, de acessibilidade, posturas municipais, prevenção contra incêndio, segurança dos usuários, controle de ruídos, organização urbana e demais regras aplicáveis à atividade explorada, cabendo ao permissionário responder integralmente por infrações, danos ou irregularidades decorrentes de sua atuação.

4.6. Não haverá exigência de marca, modelo, fabricante ou produto específico para as estruturas, equipamentos, materiais ou utensílios utilizados pelos permissionários, desde que atendidas as condições mínimas de segurança, conservação, regularidade, qualidade e adequação à atividade explorada, conforme previsto no edital, neste Termo de Referência e nos demais anexos.

4.7. É vedada a imposição de carta de solidariedade de fabricante, fornecedor ou distribuidor como condição de participação, habilitação ou execução da permissão, salvo hipótese excepcional devidamente justificada pela Administração e compatível com a natureza do objeto, nos termos da legislação aplicável.

4.8. A Administração Municipal poderá determinar a substituição, retirada ou adequação de qualquer estrutura, equipamento, material ou instalação que esteja em desconformidade com as exigências do edital, que apresente risco aos usuários, que comprometa a organização do evento ou que não atenda às normas técnicas, sanitárias, ambientais ou de segurança aplicáveis.

4.9. No caso do Parque de Diversões, em razão do maior risco operacional, deverão ser exigidos documentos específicos de segurança, tais como ART/RRT de montagem, instalação ou responsabilidade técnica, laudos técnicos dos brinquedos e estruturas, comprovação de manutenção dos equipamentos, alvarás e autorizações exigíveis, certificado ou aprovação do Corpo de Bombeiros quando aplicável, comprovante de seguro de responsabilidade civil, plano básico de segurança e compromisso de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso durante todo o período do evento. Também deverá ser vedada a operação de brinquedos sem autorização, sem responsável técnico quando exigível, com defeitos aparentes, sem isolamento adequado ou sem observância das normas técnicas aplicáveis.

Subcontratação

4.10. É vedada a cessão, transferência, compartilhamento ou exploração do espaço público por terceiros sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal. A contratação de pessoal, fornecedores, operadores ou prestadores auxiliares pelo arrematante/permissionário não afasta sua responsabilidade integral perante o Município, usuários, consumidores, trabalhadores e terceiros.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. O objeto consiste na outorga de permissão onerosa e temporária de uso de espaço público, não envolvendo desembolso financeiro por parte da Administração Pública nem a execução de obra, serviço ou fornecimento em favor do Município. Ademais, o interesse público encontra-se adequadamente resguardado pela exigência de pagamento prévio do valor da outorga, pela fiscalização da execução da permissão e pelas demais sanções administrativas previstas no edital e no Termo de Permissão, tornando desnecessária a exigência de garantia contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



Vistoria

4.13. A vistoria prévia dos espaços será facultativa aos interessados, sendo recomendável sua realização para conhecimento das condições físicas, acessos, limitações, infraestrutura disponível, pontos de água e energia elétrica e delimitação constante do croqui oficial. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como fundamento para alegação posterior de desconhecimento das condições locais.

Margem de Preferência

4.14. Não será aplicada margem de **preferência geral** a todos os itens do presente procedimento, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 14.133/2021, por não se tratar de hipótese voltada à aquisição de bens manufaturados, serviços nacionais ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto dar-se-á por meio da outorga de permissão onerosa de uso de espaços públicos municipais, em caráter precário, temporário e remunerado, mediante leilão público, destinada à exploração econômica por particulares durante o Festival Cultural de Festa de Santana 2026, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, no croqui oficial, no Estudo Técnico Preliminar, no Laudo de Avaliação e nos demais anexos do processo.

5.2. Todas as estruturas, equipamentos, barracas, trailers, brinquedos, estandes e demais elementos utilizados na exploração dos espaços públicos deverão observar padrão mínimo de organização, segurança, conservação, estética e funcionalidade, conforme condições previstas neste Termo de Referência, no edital, no croqui oficial e nos demais anexos.

5.3. A disponibilização, transporte, montagem, instalação, manutenção, operação, desmontagem e retirada das estruturas ficarão sob responsabilidade exclusiva do arrematante/permissionário, às suas expensas, sem qualquer ônus ao Município, ressalvada a disponibilização de água e energia elétrica nos termos definidos pela Administração Municipal.

5.4. As estruturas montáveis deverão ser instaladas exclusivamente nos locais previamente definidos pela Administração Municipal, conforme croqui oficial, de modo a não prejudicar o fluxo de público, os acessos, as áreas de circulação, a segurança dos participantes e a organização do evento, devendo estar integralmente prontas, regularizadas e disponíveis para vistoria até o dia 22 de julho de 2026.

5.5. É vedada a utilização das barracas, trailers, estandes ou espaços autorizados para jogos de azar, atividades ilícitas, produtos não autorizados ou qualquer exploração incompatível com a finalidade do evento. As atividades de comercialização de alimentos e bebidas deverão observar integralmente as normas da Vigilância Sanitária, cabendo ao arrematante/permissionário providenciar, quando exigível, o respectivo alvará sanitário ou autorização equivalente.

5.6. O arrematante/permissionário deverá cumprir as normas de segurança, higiene, limpeza, acessibilidade, prevenção contra incêndio e organização definidas pela Administração Municipal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, Vigilância Sanitária e demais órgãos competentes, responsabilizando-se pela limpeza interna e externa do espaço utilizado durante todo o período de exploração.

5.7. Os produtos comercializados durante o evento deverão observar padrões mínimos de qualidade, procedência regular, higiene, segurança e adequação ao consumo, sendo recomendável que o arrematante/permissionário disponibilize, sempre que possível, opções variadas de marcas ou produtos, de modo a preservar a livre escolha dos consumidores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



5.8. É vedada a comercialização de produtos ilícitos, falsificados, impróprios ao consumo, proibidos pela legislação penal, sanitária ou administrativa, bem como de mercadorias, serviços ou atividades que atentem contra o decoro, a moralidade, a segurança pública, a proteção de crianças e adolescentes ou a finalidade cultural e familiar do evento.

5.9. O prazo de exploração ficará limitado ao período autorizado para o Festival Cultural de Festa de Santana 2026, devendo o arrematante/permissionário, após o encerramento do evento, promover a desmontagem das estruturas, retirada de materiais, limpeza integral da área e devolução do espaço ao Município livre, desimpedido e em condições adequadas, no prazo máximo de 24 horas, salvo determinação diversa da Administração.

5.10. O Município disponibilizará energia elétrica e água nos limites da infraestrutura existente e tecnicamente viável, cabendo ao arrematante/permissionário utilizar tais recursos de forma regular, segura e sem alterações indevidas nas instalações públicas. Eventuais extensões, reforços, adaptações, iluminação complementar, luzes de emergência, extintores e demais itens necessários ao funcionamento seguro da atividade serão de responsabilidade exclusiva do arrematante/permissionário.

5.11. Ao final do evento, as instalações públicas eventualmente utilizadas deverão ser devolvidas em perfeito estado de conservação, sujeitas à vistoria da Administração Municipal, respondendo o arrematante/permissionário por danos, ligações irregulares, sobrecargas, desperdícios ou mau uso da infraestrutura disponibilizada.

5.12. A Administração Municipal poderá promover reunião prévia com os arrematantes/permissionários, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Vigilância Sanitária e demais órgãos envolvidos, a fim de alinhar medidas de segurança, organização, fluxo de veículos, circulação de pessoas, controle operacional e funcionamento regular do evento.

5.13. Os preços praticados deverão ser módicos, razoáveis e compatíveis com a natureza popular do evento, podendo a Administração exigir a apresentação e a fixação de tabela de preços em local visível ao público, vedada a cobrança abusiva ou manifestamente desproporcional.

5.14. A exploração dos espaços será realizada diretamente pelos permissionários vencedores, por sua conta e risco, cabendo-lhes assumir integralmente os custos, encargos, responsabilidades e obrigações decorrentes da montagem, instalação, funcionamento, operação, limpeza, manutenção, desmontagem, retirada das estruturas e recomposição das áreas públicas utilizadas.

5.15. A utilização dos espaços somente poderá ocorrer nos limites físicos previamente definidos pela Administração Municipal, conforme croqui oficial de ocupação, sendo vedada qualquer ampliação, alteração, deslocamento, cessão, compartilhamento ou exploração de área diversa daquela formalmente autorizada, salvo mediante autorização prévia, expressa e formal da Administração.

5.16. Os interessados deverão observar previamente o croqui oficial e as informações disponibilizadas pela Administração Municipal, a fim de conhecer a localização, dimensão, acessos, limitações, condições físicas e características operacionais dos espaços objeto da permissão, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento das condições locais.

5.17. Os permissionários deverão providenciar a montagem, instalação e disponibilização integral das estruturas, equipamentos, barracas, trailers, brinquedos e demais elementos necessários à exploração dos espaços até o dia 22 de julho de 2026, em condições adequadas de funcionamento, segurança, higiene e regularidade, de modo a permitir a vistoria prévia pela Administração Municipal e pelos órgãos competentes antes do início do Festival Cultural de Festa de Santana 2026.

5.18. O funcionamento das atividades somente será autorizado após a verificação da conformidade das estruturas com o croqui oficial, o edital, o Termo de Referência, o termo de permissão, as normas técnicas aplicáveis e as exigências dos órgãos de fiscalização, especialmente quanto à segurança,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



acessibilidade, prevenção contra incêndio, regularidade sanitária e demais condições necessárias à proteção do público e à organização do evento.

5.19. As estruturas, equipamentos, barracas, trailers, brinquedos, instalações e demais elementos necessários à exploração do espaço deverão estar integralmente montados, instalados e em condições de funcionamento no prazo fixado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, de modo a permitir a vistoria prévia da Administração Municipal, dos órgãos de fiscalização, da Vigilância Sanitária, do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil ou de outros órgãos competentes, quando cabível.

5.20. A ausência de montagem tempestiva, a instalação em desconformidade com o croqui oficial, a não apresentação dos documentos exigidos ou a reprovação em vistoria técnica ou administrativa poderá impedir o início da exploração comercial, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e no termo de permissão.

5.21. Durante todo o período de exploração, os permissionários deverão manter suas estruturas, equipamentos e instalações em adequadas condições de segurança, higiene, conservação, funcionamento e regularidade, observando as normas sanitárias, ambientais, de acessibilidade, prevenção e combate a incêndio, posturas municipais, defesa do consumidor, trânsito, segurança dos usuários e demais normas aplicáveis à atividade explorada.

5.22. Caberá aos permissionários manter, durante o funcionamento do evento, responsável ou representante formalmente identificado, com poderes para receber notificações, atender determinações da fiscalização, providenciar correções imediatas e responder pelas obrigações assumidas perante a Administração Municipal.

5.23. A fiscalização da execução da permissão caberá à Administração Municipal, por meio dos agentes designados, que poderão acompanhar a montagem, funcionamento, exploração comercial, cumprimento das obrigações, desmontagem e entrega das áreas públicas, podendo determinar correções, suspender atividades irregulares, impedir funcionamento de estruturas inseguras e aplicar as medidas administrativas cabíveis.

5.24. Fica expressamente vedada a instalação, funcionamento ou exploração de barracas, trailers, tendas, ambulantes, pontos de venda, atividades comerciais, promocionais, recreativas ou quaisquer estruturas similares fora dos espaços previamente delimitados, autorizados e formalmente permitidos pela Administração Municipal.

5.25. A vedação prevista no item anterior aplica-se também às áreas externas, próximas, adjacentes, de acesso, circulação, estacionamento, entrada e saída do evento, bem como ao entorno imediato dos espaços oficiais, salvo autorização expressa, formal e específica da Administração Municipal.

5.26. A vedação de utilização de áreas externas ou não autorizadas tem por finalidade assegurar a organização do evento, preservar a segurança dos participantes, evitar ocupação irregular de bens públicos, impedir concorrência desleal com os permissionários regularmente autorizados, garantir o controle sanitário, ambiental, fiscal e operacional das atividades exploradas e proteger o interesse público.

5.27. O descumprimento da vedação de utilização de áreas externas ou não autorizadas poderá ensejar a imediata retirada da estrutura ou atividade irregular, sem prejuízo da apreensão de bens, comunicação aos órgãos de fiscalização competentes, aplicação das sanções administrativas cabíveis e responsabilização civil, administrativa ou penal, conforme o caso.

5.28. É expressamente vedada a venda, fornecimento, entrega, disponibilização ou facilitação de acesso a bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, nos termos do art. 243 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, cabendo ao permissionário adotar todas as cautelas necessárias para impedir a comercialização a menores de 18 anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



5.29. O permissionário deverá orientar seus prepostos, atendentes, funcionários e colaboradores quanto à obrigatoriedade de verificação da idade dos consumidores sempre que houver dúvida razoável, podendo exigir documento oficial de identificação antes da venda ou entrega de bebidas alcoólicas.

5.30. O descumprimento desta cláusula sujeitará o permissionário à imediata suspensão da atividade, retirada do espaço, aplicação das penalidades previstas no edital e no termo de permissão, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes e da responsabilização civil, administrativa e penal cabível.

5.31. O permissionário será integral e exclusivamente responsável pela segurança, estabilidade, regularidade, conservação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem das estruturas, equipamentos, barracas, trailers, brinquedos, tendas, instalações elétricas, hidráulicas e demais elementos utilizados na exploração do espaço público autorizado.

5.32. As estruturas deverão estar em perfeitas condições de uso, funcionamento, higiene, conservação e segurança, observadas as normas técnicas aplicáveis, exigências dos órgãos de fiscalização, regras de prevenção e combate a incêndio, acessibilidade, posturas municipais, responsabilidade civil e demais disposições previstas no edital, no Termo de Referência, no termo de permissão e em seus anexos.

5.33. Quando cabível, o permissionário deverá apresentar, antes do início da exploração, ART/RRT, laudos técnicos, alvarás, autorizações, certificados, seguros e demais documentos comprobatórios da segurança e regularidade das estruturas ofertadas, especialmente nos casos de parque de diversões, instalações elétricas, equipamentos mecânicos, brinquedos, tendas, trailers ou estruturas que possam representar risco aos usuários.

5.34. A aprovação, vistoria ou fiscalização realizada pela Administração Municipal ou por órgãos competentes não afasta nem reduz a responsabilidade do permissionário por danos, acidentes, falhas, vícios, defeitos, mau funcionamento, uso inadequado ou irregularidades nas estruturas, respondendo este integralmente por prejuízos causados ao Município, aos usuários, trabalhadores, terceiros ou ao patrimônio público.

5.35. Os permissionários deverão praticar preços módicos, razoáveis e compatíveis com a natureza popular do evento, vedada a cobrança abusiva, excessiva ou manifestamente desproporcional em relação aos produtos, serviços ou atividades ofertadas ao público.

5.36. A Administração Municipal poderá recomendar, solicitar ou exigir a apresentação prévia de tabela de preços dos produtos, serviços ou atividades exploradas, especialmente quando necessário à proteção dos consumidores, à modicidade dos valores praticados e à preservação do caráter público, cultural e comunitário do evento.

5.37. A tabela de preços, quando exigida, deverá permanecer visível ao público durante todo o período de funcionamento da atividade, em local de fácil leitura, sem prejuízo da observância das normas de defesa do consumidor, de transparência das informações e de regularidade fiscal.

5.38. A prática de preços abusivos, a ausência de informação clara ao consumidor, a comercialização de produtos não autorizados, a alteração indevida da atividade permitida ou o descumprimento das condições estabelecidas pela Administração poderá ensejar advertência, suspensão da atividade, retirada do espaço, aplicação das penalidades previstas no edital e comunicação aos órgãos competentes.

5.39. Encerrado o evento ou expirado o prazo autorizado, os permissionários deverão promover a desmontagem completa das estruturas, retirada de equipamentos, limpeza do espaço, remoção de resíduos e devolução da área pública nas condições estabelecidas pela Administração Municipal, respondendo por eventuais danos causados ao patrimônio público, aos usuários ou a terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



5.40. A permissão onerosa de uso extinguir-se-á ao final do prazo autorizado ou nas hipóteses previstas no edital e no termo de permissão, não gerando ao permissionário direito de permanência, renovação automática, indenização por investimentos realizados, posse definitiva, direito real ou qualquer forma de exclusividade além dos limites físicos, temporais e operacionais formalmente autorizados.

Local e horário da prestação dos serviços

5.41. A exploração dos espaços públicos ocorrerá no âmbito do Município de Guaraciaba/MG, exclusivamente nas áreas previamente delimitadas e autorizadas pela Administração Municipal para o **Festival Cultural de Festa de Santana 2026**, conforme croqui oficial, edital, Termo de Referência, termo de permissão e demais anexos do processo.

5.42. O funcionamento das atividades permitidas deverá observar os dias, horários e condições definidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, de acordo com a programação oficial do evento, podendo abranger período diurno, noturno, finais de semana e feriados, conforme a natureza da festividade e a necessidade de organização, segurança e controle administrativo dos espaços.

Estruturas, materiais e infraestrutura disponibilizada

5.43. Para a regular exploração do espaço público autorizado, caberá exclusivamente ao permissionário providenciar, às suas expensas, todas as estruturas, materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, mobiliários, barracas, trailers, brinquedos, instalações, mão de obra, licenças e demais elementos necessários ao desenvolvimento da atividade permitida, promovendo sua manutenção, adequação ou substituição sempre que necessário.

5.44. O Município de Guaraciaba/MG disponibilizará apenas os pontos de fornecimento de energia elétrica e água, nos locais e condições tecnicamente viáveis, conforme planejamento da Administração Municipal e infraestrutura existente no espaço do evento.

5.45. A disponibilização de energia elétrica e água pelo Município não afasta a responsabilidade do permissionário pela correta utilização da infraestrutura, sendo vedadas ligações clandestinas, improvisadas, sobrecargas, desperdícios, danos às instalações públicas ou qualquer uso diverso daquele autorizado pela Administração.

5.46. Quando necessário, caberá ao permissionário providenciar extensões, mangueiras, adaptadores, quadros, disjuntores, cabos, conexões e demais acessórios indispensáveis ao uso seguro da energia elétrica e da água, observadas as normas técnicas aplicáveis e as orientações da Administração Municipal, sem prejuízo da exigência de ART/RRT, laudos ou autorizações específicas quando cabíveis.

5.47. O permissionário responderá integralmente por danos, acidentes, interrupções, mau uso, desperdício ou irregularidades decorrentes da utilização da infraestrutura disponibilizada, devendo restituir o espaço e os pontos de fornecimento nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.48. Para fins de participação no certame e formulação dos lances, os interessados deverão considerar as condições físicas, operacionais, econômicas e jurídicas dos espaços públicos disponibilizados, observando o croqui oficial, o edital, o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, o Laudo de Avaliação e os demais anexos do processo.

5.49. A exploração dos espaços ocorrerá exclusivamente durante o período autorizado pela Administração Municipal, abrangendo os dias de realização do Festival Cultural de Festa de Santana



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



2026, bem como os prazos definidos para montagem, vistoria, funcionamento, desmontagem, limpeza, retirada de estruturas e devolução da área pública.

5.50. Os permissionários deverão assumir integralmente todos os custos diretos e indiretos necessários à exploração do espaço, incluindo montagem, desmontagem, operação, manutenção, mão de obra, equipamentos, utensílios, estruturas, transporte, tributos, encargos, seguros, licenças, alvarás, autorizações, limpeza, segurança operacional e demais despesas decorrentes da atividade permitida.

5.51. As atividades poderão ocorrer em período diurno ou noturno, inclusive em finais de semana e feriados, conforme programação oficial do evento, horários fixados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e condições estabelecidas no edital e no termo de permissão.

5.52. Os interessados deverão considerar que os espaços serão disponibilizados nas condições físicas e estruturais definidas pela Administração, cabendo ao permissionário verificar previamente a localização, acesso, dimensão, limitações, infraestrutura disponível, pontos de água e energia, condições de montagem e demais características necessárias à exploração da atividade pretendida.

5.53. O Município disponibilizará apenas os pontos de fornecimento de energia elétrica e água, nos locais e condições tecnicamente viáveis, cabendo ao permissionário providenciar, às suas expensas, todos os demais equipamentos, materiais, acessórios, ligações internas, adaptações, estruturas e providências necessárias ao funcionamento seguro e regular da atividade.

5.54. Os permissionários deverão atender integralmente às exigências técnicas, sanitárias, ambientais, de acessibilidade, prevenção contra incêndio, segurança dos usuários, posturas municipais, defesa do consumidor e demais normas aplicáveis, inclusive aquelas impostas pelos órgãos de fiscalização competentes.

5.55. A formulação do lance implicará ciência e concordância do interessado quanto às condições do espaço, obrigações assumidas, riscos da exploração econômica, limites físicos autorizados, prazos definidos pela Administração e inexistência de garantia de faturamento, público mínimo ou retorno financeiro.

5.56. A exploração econômica ocorrerá por conta e risco exclusivo do permissionário, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por estimativas de público, volume de vendas, fluxo de consumidores, lucratividade, custos operacionais ou resultados econômicos obtidos durante o evento.

Especificação da garantia do serviço

5.57. A responsabilidade pela regularidade, segurança e adequação das estruturas, produtos e atividades exploradas, equipamentos, produtos, serviços e atividades ofertadas ao público observará, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das obrigações específicas previstas no edital, neste Termo de Referência, no termo de permissão e nas demais normas aplicáveis.

5.58. O permissionário responderá integralmente por vícios, defeitos, falhas, acidentes, danos ou prejuízos decorrentes da exploração do espaço público autorizado, inclusive em relação aos consumidores, usuários, trabalhadores, terceiros, Administração Municipal e patrimônio público, não sendo a vistoria ou fiscalização municipal causa de exclusão ou redução de sua responsabilidade.

Dinâmica de Execução do Objeto

5.59. A utilização dos espaços públicos somente poderá ser iniciada após a assinatura do respectivo Termo de Permissão Onerosa de Uso, comprovação do pagamento do valor ofertado, apresentação dos documentos exigidos no edital e autorização formal da Administração Municipal, observadas as condições, prazos e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, no croqui oficial e nos demais documentos do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



5.60. A execução da permissão deverá observar metodologia compatível com a natureza de cada atividade explorada, respeitando padrões de organização, higiene, segurança, acessibilidade, funcionalidade e regularidade operacional, especialmente quanto às seguintes etapas:

a) **Montagem e instalação:** o permissionário deverá providenciar, às suas expensas, o transporte, montagem, instalação e organização completa das estruturas, equipamentos, barracas, trailers, brinquedos, mobiliários, utensílios e demais elementos necessários à exploração do espaço autorizado, respeitando os limites físicos definidos no croqui oficial, as normas técnicas aplicáveis e as exigências dos órgãos competentes.

b) **Testes operacionais e vistoria:** antes do início da exploração comercial, o permissionário deverá realizar os testes de funcionamento, estabilidade, segurança, higiene e regularidade das estruturas e equipamentos instalados, possibilitando a vistoria prévia pela Administração Municipal e pelos órgãos competentes, quando cabível. Constatadas irregularidades, o permissionário deverá promover, às suas expensas e de imediato, os ajustes, correções, substituições ou adequações necessárias, sob pena de não liberação do espaço para funcionamento.

c) **Funcionamento durante o evento:** durante o período autorizado, o permissionário deverá manter a atividade em funcionamento regular, com responsável identificado, equipe compatível com a exploração exercida, atendimento adequado ao público, manutenção das condições de segurança, higiene, limpeza, organização, controle operacional e observância das normas sanitárias, ambientais, de acessibilidade, prevenção contra incêndio, defesa do consumidor, posturas municipais e demais regras aplicáveis.

d) **Desmontagem, retirada e devolução da área:** após o encerramento do evento ou no prazo fixado pela Administração Municipal, o permissionário deverá promover a desmontagem completa das estruturas, retirada de equipamentos, mobiliários e materiais, limpeza integral do espaço utilizado, remoção dos resíduos gerados e devolução da área pública em condições adequadas, respondendo por eventuais danos causados ao patrimônio público, aos usuários ou a terceiros.

5.61. A execução da permissão obedecerá ao seguinte cronograma, salvo determinação diversa expressa da Administração Municipal:

a) **Montagem, instalação e disponibilização para vistoria:** conclusão integral **até o dia 22 de julho de 2026**, em condições adequadas de funcionamento, segurança, higiene e regularidade, de modo a permitir a vistoria prévia da Administração Municipal e dos órgãos competentes antes do início do Festival Cultural de Festa de Santana 2026.

b) **Funcionamento:** exploração dos espaços exclusivamente durante o período autorizado para o Festival Cultural de Festa de Santana 2026, especialmente nos **dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2026**, observados os horários definidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e as condições previstas no edital e no termo de permissão.

5.62. A inobservância dos prazos, limites de ocupação, condições de montagem, exigências de vistoria, normas técnicas ou determinações da Administração Municipal poderá impedir o início ou continuidade da exploração comercial, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, no termo de permissão e na legislação aplicável.

5.63. O permissionário será integralmente responsável pela regularidade, segurança, qualidade, funcionamento, conservação, operação, manutenção e desmontagem das estruturas, equipamentos, barracas, trailers, brinquedos, utensílios, instalações e demais elementos utilizados na exploração do espaço público autorizado.

5.64. Quando a natureza da atividade exigir, o permissionário deverá apresentar profissionais capacitados, documentos técnicos, ART/RRT, laudos, licenças, alvarás, certificados, autorizações, seguros e demais comprovações necessárias à segurança da atividade e à regularidade da exploração,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



especialmente quando houver instalação de estruturas, equipamentos elétricos, brinquedos, parque de diversões ou atividades que ofereçam risco ao público.

5.65. Caberá ao permissionário cumprir rigorosamente os prazos, horários, limites físicos, condições de montagem, funcionamento, desmontagem, limpeza e devolução da área, observando as determinações da Administração Municipal, dos órgãos de fiscalização e das normas técnicas, sanitárias, ambientais, de acessibilidade, segurança, prevenção contra incêndio, defesa do consumidor e posturas municipais.

5.66. O permissionário responderá exclusivamente por todos os custos, encargos e riscos decorrentes da exploração do espaço, incluindo transporte, montagem, desmontagem, operação, manutenção, mão de obra, alimentação, hospedagem, tributos, seguros, licenças, limpeza, destinação de resíduos e reparação de eventuais danos causados ao patrimônio público, aos usuários, trabalhadores ou terceiros.

5.67. A fiscalização, vistoria ou autorização de funcionamento pela Administração Municipal ou por órgãos competentes não afasta nem reduz a responsabilidade do permissionário por vícios, defeitos, falhas, acidentes, danos ou irregularidades decorrentes das estruturas, equipamentos, produtos, serviços ou atividades ofertadas ao público.

5.68. A responsabilidade do permissionário perante consumidores e usuários observará, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das obrigações específicas previstas no edital, neste Termo de Referência, no termo de permissão e nas demais normas aplicáveis.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE PERMISSÃO

6.1. A permissão onerosa de uso deverá ser executada fielmente pelo permissionário, de acordo com as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, no termo de permissão e nos demais anexos do processo, respondendo o permissionário pelas consequências do descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas.

6.2. A Administração Municipal acompanhará e fiscalizará a utilização dos espaços públicos autorizados, verificando a conformidade da montagem, funcionamento, exploração comercial, desmontagem, limpeza, recolhimento da outorga e devolução das áreas públicas.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Permissionário devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do Termo de Permissão ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa permissionária para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Permissionário, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A gestão e fiscalização da execução da permissão serão exercidas por servidor(es) designado(s) pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Os fiscais designados acompanharão, de forma sistemática e documental, todas as etapas da execução do objeto, mediante checklists, relatórios de conformidade, registros fotográficos e inspeções in loco.

6.7. O acompanhamento será realizado desde a montagem até a desmontagem das estruturas, com a verificação da conformidade dos itens fornecidos em relação às especificações exigidas, do cumprimento dos prazos pactuados e da regularidade das condições de segurança, higiene e



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



funcionalidade dos equipamentos e serviços. Havendo desconformidade, será promovido o registro em ata e notificação formal da permissionária para correção imediata.

6.8. A fiscalização contará, sempre que necessário, com apoio técnico de profissionais especializados, especialmente em eventos de maior complexidade, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas e mitigar riscos à Administração Pública.

Preposto

6.9. O Permissionário designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Permissionário.

6.10. O Permissionário não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução dos serviços. Contudo, em qualquer circunstância que se faça necessário acioná-lo, este deverá apresentar-se no local solicitado imediatamente após o ato de seu acionamento.

6.11. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Permissionário designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.12. A execução do Termo de Permissão deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Termo de Permissão, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.13. O fiscal técnico do Termo de Permissão acompanhará a execução do Termo de Permissão, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Permissão, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.14. O fiscal técnico do Termo de Permissão anotará no histórico de gerenciamento do Termo de Permissão todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de Permissão, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.15. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do Termo de Permissão emitirá notificações para a correção da execução do Termo de Permissão, determinando prazo para a correção.

6.16. O fiscal técnico do Termo de Permissão informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Termo de Permissão nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Termo de Permissão comunicará o fato imediatamente ao gestor do Termo de Permissão.

6.18. O fiscal técnico do Termo de Permissão comunicará ao gestor do Termo de Permissão, em tempo hábil, o término do Termo de Permissão sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Permissionário, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



6.20. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.21. O responsável pela fiscalização administrativa deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do permissionário, o recolhimento da outorga, a apresentação dos documentos exigidos, o cumprimento das obrigações assumidas, a regularidade da ocupação do espaço público e a adoção das providências necessárias à recomposição de eventuais danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.

6.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo do Termo de Permissão atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Termo de Permissão para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Termo de Permissão

6.23. Cabe ao gestor do Termo de Permissão:

6.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Termo de Permissão contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Termo de Permissão, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Termo de Permissão para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do Termo de Permissão, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de Permissão e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Permissionário, com menção ao seu desempenho na execução da permissão, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.4. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.5. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23.6. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Termo de Permissão.

6.23.7. receber e dar encaminhamento imediato:

6.23.7.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.23.7.2. à notificação formal de que a empresa permissionária está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



7. DOS CRITÉRIOS DE FISCALIZAÇÃO, VERIFICAÇÃO DA PERMISSÃO E RECOLHIMENTO DA OUTORGA

7.1. A fiscalização da execução da permissão onerosa de uso será realizada por servidor ou equipe designada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do Município de Guaraciaba/MG, competindo-lhe acompanhar a montagem, instalação, funcionamento, exploração comercial, desmontagem, limpeza e devolução das áreas públicas utilizadas pelos permissionários.

7.2. Por se tratar de leilão público para outorga de permissão onerosa de uso de espaço público, não haverá pagamento a ser realizado pelo Município ao Permissionário/permissionário. Ao contrário, caberá ao permissionário vencedor efetuar o pagamento do valor ofertado em favor do Município, na forma, prazo e condições estabelecidos no edital e no respectivo termo de permissão.

7.3. A fiscalização verificará a conformidade da utilização dos espaços com o edital, o Termo de Referência, o termo de permissão, o croqui oficial, as autorizações expedidas, as normas técnicas aplicáveis e as determinações da Administração Municipal, especialmente quanto ao pagamento da outorga, limites físicos de ocupação, segurança das estruturas, regularidade documental, higiene, limpeza, acessibilidade, prevenção contra incêndio, organização do público e destinação adequada dos resíduos.

7.4. Constatada qualquer irregularidade, inadimplemento do valor devido ao Município, desconformidade, risco à segurança, ocupação indevida, exploração de atividade não autorizada, ausência de documentação exigida ou descumprimento das obrigações assumidas, a Administração poderá determinar a correção imediata da falha, impedir ou suspender o funcionamento, determinar a retirada de estruturas, revogar a permissão e aplicar as sanções cabíveis, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa ou penal.

7.5. O Permissionário/permissionário deverá atender prontamente às determinações da fiscalização, promovendo, às suas expensas, todos os ajustes, adequações, substituições, reparos, limpeza, retirada de estruturas ou demais providências necessárias à regularidade da exploração, à segurança do público, à organização do evento e à preservação do interesse público.

7.6. A fiscalização exercida pela Administração Municipal não exclui nem reduz a responsabilidade integral do Permissionário/permissionário por danos causados ao Município, aos usuários, consumidores, trabalhadores, terceiros, ao meio ambiente ou ao patrimônio público, inclusive por falhas, vícios, defeitos, acidentes ou irregularidades decorrentes das estruturas, equipamentos, produtos, serviços ou atividades exploradas.

Da verificação da regularidade da permissão e da devolução do espaço público

7.7. Por se tratar de leilão público para outorga de permissão onerosa de uso de espaço público, não haverá recebimento provisório ou definitivo de serviços pela Administração, nem emissão de nota fiscal ou instrumento de cobrança em favor do Município para fins de pagamento ao permissionário.

7.8. A Administração Municipal realizará o acompanhamento e a fiscalização da permissão, verificando a regularidade da montagem, instalação, funcionamento, exploração comercial, desmontagem, limpeza e devolução das áreas públicas utilizadas, conforme condições previstas no edital, no Termo de Referência, no termo de permissão, no croqui oficial e demais anexos.

7.9. Antes do início da exploração comercial, a Administração poderá realizar vistoria das estruturas, equipamentos, barracas, trailers, brinquedos, instalações e demais elementos utilizados pelo permissionário, a fim de verificar sua conformidade com as exigências técnicas, sanitárias, ambientais, de acessibilidade, segurança e prevenção contra incêndio aplicáveis.

7.10. Constatadas irregularidades, desconformidades, vícios, defeitos, riscos à segurança ou ausência de documentos exigidos, o permissionário deverá promover, às suas expensas e de imediato, os ajustes, correções, substituições, retiradas ou adequações determinadas pela fiscalização, sob pena de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



impedimento de funcionamento, suspensão da atividade, revogação da permissão e aplicação das sanções cabíveis.

7.11. A autorização de funcionamento ou a vistoria realizada pela Administração Municipal não afasta nem reduz a responsabilidade integral do permissionário pela segurança, qualidade, regularidade e adequação das estruturas, equipamentos, produtos, serviços e atividades ofertadas ao público.

7.12. Ao final do evento, o permissionário deverá promover a desmontagem completa das estruturas, retirada dos equipamentos e materiais, limpeza do espaço, remoção dos resíduos e devolução da área pública nas condições estabelecidas pela Administração, respondendo por eventuais danos causados ao patrimônio público, aos usuários, consumidores, trabalhadores ou terceiros.

7.13. A Administração poderá recusar a devolução da área enquanto houver pendências de limpeza, retirada de estruturas, recomposição de danos ou descumprimento de obrigações assumidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital, no termo de permissão e na legislação aplicável.

Prazo de pagamento

7.14. Encerrada a fase recursal e declarado definitivamente o licitante vencedor, este será convocado para efetuar o pagamento do valor correspondente ao lote arrematado.

7.15. O pagamento deverá ser realizado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal do arrematante.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento da outorga deverá ser realizado pelo Permissionário, obrigatoriamente, no prazo de **até 02 (dois) dias úteis**, contados da data da arrematação do lote, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), emitido pelo Setor de Tributação do Município, em favor da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG.

7.17. Para emissão do DAM e obtenção de informações complementares, o Permissionário deverá entrar em contato com o Setor de Tributação pelos seguintes canais: telefone (31) 3983-5130 ou e-mail tributacao@guaraciaba.mg.gov.br.

7.18. A comprovação do pagamento deverá ser apresentada à Administração Municipal antes da assinatura do termo de permissão, da liberação do espaço e do início da montagem ou exploração comercial, salvo se o edital estabelecer momento diverso.

7.19. A ausência de pagamento no prazo estabelecido caracterizará descumprimento das condições do certame, podendo ensejar a desclassificação do licitante vencedor, convocação do licitante subsequente, impedimento de uso do espaço, aplicação das sanções previstas no edital e adoção das demais medidas administrativas cabíveis.

7.20. Eventuais encargos bancários, tributos, tarifas, custos operacionais ou despesas decorrentes da transferência do valor ofertado serão de responsabilidade exclusiva do Permissionário/permissionário, não cabendo ao Município qualquer ônus financeiro relacionado ao pagamento da outorga.

7.21. O pagamento da outorga não afasta a responsabilidade do Permissionário/permissionário pelo cumprimento integral das demais obrigações previstas no edital, no Termo de Referência, no termo de permissão e nos demais anexos do processo.

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), o Permissionário que:

8.1.1. Der causa à inexecução parcial do Termo de Permissão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



- 8.1.2.** Der causa à inexecução parcial do Termo de Permissão que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3.** Der causa à inexecução total do Termo de Permissão;
- 8.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 8.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Termo de Permissão;
- 8.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do Termo de Permissão;
- 8.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).
- 8.2.** Serão aplicadas ao Permissionário que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1.** Advertência, quando o Permissionário der causa à inexecução parcial do Termo de Permissão, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4.** Multa.
- 8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Permissionário, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à permissionária, observando-se o procedimento previsto no [caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Permissionário poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Permissionário, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.14. Os débitos do Permissionário para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Permissão ou de outros contratos administrativos que o Permissionário possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **LEILÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR LANCE POR ITEM**.

Regime de Execução

9.2. O objeto consiste na permissão onerosa de uso de espaço público, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.3. As exigências de habilitação jurídica, previstas no [art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), e de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstas no [art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), são as usuais para a generalidade dos objetos, e estarão previstas no Instrumento Convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



9.4. Os critérios de qualificação econômico-financeira, previstos no [art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), e de qualificação técnica, previstos no [art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), a serem atendidos pelos licitantes, previstos no [art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei Federal nº 14.133/2021](#), estarão previstos no Instrumento Convocatório.

9.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.5.1. No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.1.1. Em se tratando de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.5.1.2. No caso de **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.1.3. No caso de **Sociedade Simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.5.1.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.6.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

9.6.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.6.3. **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.6.4. **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.6.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.6.6. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.7.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado no caso de sociedade simples.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



9.7.2. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei Federal nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.7.3. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.7.4. Para fins de habilitação econômico-financeira, não será exigida a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício ou demais demonstrações contábeis das licitantes, por se entender que tal exigência, no caso concreto, não se revela necessária nem proporcional à natureza do objeto.

9.7.5. O presente procedimento tem por objeto a outorga de permissão onerosa de uso de espaços públicos municipais, mediante leilão público, com geração de receita em favor do Município, e não contratação de serviços ou aquisição de bens pela Administração. Assim, o risco econômico-financeiro ordinariamente associado à execução da permissão com desembolso público é reduzido, uma vez que caberá ao permissionário vencedor efetuar o pagamento do valor ofertado antes da liberação do espaço ou do início da exploração comercial, conforme condições estabelecidas no edital.

9.7.6. A habilitação econômico-financeira prevista no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 deve guardar pertinência com a complexidade, o risco e a materialidade do objeto. No presente caso, a exigência de balanço patrimonial poderia representar formalismo excessivo e restrição indevida à competitividade, especialmente considerando a natureza temporária da exploração, a curta duração do evento e a inexistência de obrigação de pagamento pelo Município ao particular.

9.7.7. Para resguardar o interesse público, considera-se suficiente, no âmbito da qualificação econômico-financeira, a exigência de certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, sem prejuízo dos demais documentos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e técnica compatíveis com o objeto.

9.7.8. A opção pela não exigência de balanço patrimonial decorre de juízo motivado de razoabilidade e proporcionalidade, preservando-se a ampla competitividade do leilão, a isonomia entre os interessados e a segurança do procedimento, especialmente porque a Administração somente liberará o espaço após o cumprimento das condições editalícias, incluindo o pagamento da outorga e a apresentação dos documentos exigidos.

9.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.8.1. Qualificação técnica

9.8.2. A qualificação técnica será exigida de forma proporcional à natureza, ao risco, à complexidade e às características operacionais de cada item, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, com a finalidade de comprovar que o licitante possui aptidão mínima para explorar regularmente o espaço público objeto da permissão onerosa de uso.

9.8.3. A exigência de qualificação técnica não terá por finalidade restringir indevidamente a competitividade, devendo ser interpretada de forma compatível com a exploração temporária de espaço público, admitida a comprovação por meio de experiência anterior em atividade similar, correlata ou equivalente àquela pretendida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



9.8.4. Item 01 – Praça de Alimentação

- a) A licitante interessada na exploração da Praça de Alimentação deverá apresentar **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior compatível com a organização, operação, exploração ou gestão de praça de alimentação, barracas, trailers, food trucks, eventos gastronômicos, feiras, festivais, eventos públicos ou atividades correlatas de comercialização de alimentos e bebidas.
- b) Além do atestado de capacidade técnica, a licitante deverá apresentar, quando exigível pela legislação local ou pelos órgãos competentes, alvará de funcionamento, licença sanitária, autorização da Vigilância Sanitária ou declaração de compromisso de obtenção dos documentos necessários antes do início da exploração comercial.
- c) A licitante vencedora será responsável pela observância das normas sanitárias, de higiene, manipulação de alimentos, armazenamento, descarte de resíduos, limpeza contínua da área utilizada, segurança dos consumidores e cumprimento das normas de posturas municipais

9.8.5. Item 02 – Parque de Diversões

- a) A licitante interessada na exploração do Parque de Diversões deverá apresentar **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior compatível com instalação, montagem, operação, manutenção, desmontagem ou exploração de parque de diversões, brinquedos, equipamentos recreativos, estruturas de entretenimento ou atividade similar.
- b) Em razão do maior risco operacional inerente ao item, a licitante vencedora deverá apresentar ao fiscal designado pela Administração Municipal, previamente ao início da exploração comercial, quando aplicável, os seguintes documentos:
- I. ART/RRT ou documento técnico equivalente relativo à montagem, instalação, funcionamento ou declaração de responsabilidade técnica do engenheiro pelas estruturas e equipamentos;
 - II. laudos técnicos de segurança, estabilidade, funcionamento e conservação dos brinquedos e estruturas;
 - III. alvarás, licenças, autorizações ou certificados exigidos pelos órgãos competentes;
 - IV. comprovação de manutenção dos equipamentos, quando aplicável;
 - V. relação dos brinquedos e equipamentos que serão instalados;

9.8.6. Item 03 – Estacionamento de Veículos

- a) A licitante interessada na exploração do Estacionamento de Veículos deverá apresentar **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior compatível com organização, gestão, controle ou exploração de estacionamento, controle de acesso, apoio logístico, orientação de fluxo de veículos, apoio operacional em eventos ou atividade correlata.
- b) A licitante deverá demonstrar capacidade operacional mínima para organizar o fluxo de entrada e saída de veículos, promover sinalização interna, orientar usuários, preservar áreas de circulação, evitar obstruções e manter responsável identificado durante o período de funcionamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



c) A exploração do estacionamento deverá observar as regras de trânsito, segurança dos usuários, organização urbana, limites físicos definidos pela Administração e demais condições previstas no edital, no Termo de Referência, no croqui oficial e no termo de permissão.

9.8.7. Item 04 – Espaço de Divulgação/Comercialização

a) A licitante interessada na exploração do Espaço de Divulgação/Comercialização deverá apresentar **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior compatível com exposição, estande comercial, feira, evento promocional, divulgação institucional, comercialização de produtos, prestação de serviços ao público ou atividade correlata.

b) A licitante vencedora deverá observar as condições de instalação, exposição, divulgação e comercialização autorizadas pela Administração, sendo vedada a alteração da finalidade do espaço, a cessão irregular, a exploração de produtos ou serviços não autorizados e a ocupação de área diversa daquela indicada no croqui oficial.

9.8.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da pessoa jurídica licitante e deverão conter, sempre que possível, identificação do emitente, descrição da atividade desempenhada, período ou evento de referência e elementos mínimos que permitam aferir a compatibilidade com a atividade pretendida.

9.8.9. Será admitida a comprovação de experiência por meio de atividade similar, correlata ou equivalente, desde que suficiente para demonstrar aptidão operacional compatível com a exploração do item disputado.

9.8.10. Não serão admitidas exigências de quantitativos mínimos excessivos, número desarrazoado de atestados, comprovação de objeto idêntico ou requisitos técnicos sem pertinência direta com a natureza da atividade explorada.

9.8.11. A apresentação de atestado de capacidade técnica não afasta a obrigação do licitante vencedor de apresentar, antes do início da exploração, os alvarás, licenças, autorizações, laudos técnicos, ART/RRT, seguros, certificados e demais documentos exigíveis pela legislação, pelo edital ou pelos órgãos fiscalizadores competentes.

9.8.12. A Administração Municipal poderá realizar diligências para verificar a autenticidade dos atestados apresentados, a compatibilidade das informações declaradas e a aptidão operacional do licitante, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8.13. A ausência de documentação técnica exigida, a apresentação de documentos incompatíveis com o item pretendido ou a não comprovação da aptidão mínima necessária poderá ensejar a inabilitação do licitante, sem prejuízo das demais medidas cabíveis em caso de declaração falsa ou informação inverídica.

9.8.13.1. Quando se tratar de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o documento deverá estar assinado de forma digital com um certificado digital válido e emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) autorizada, ou a assinatura com firma reconhecida em cartório de registro civil.

Documentação complementar para cooperativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



9.8.14. Caso haja a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.8.14.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Termo de Permissão, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.8.14.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.8.14.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.8.14.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.8.14.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o Termo de Permissão;

9.8.14.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.8.14.7. ata de fundação;

9.8.14.8. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.8.14.9. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.8.14.10. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.8.14.11. três registros de presença dos cooperados que executarão o Termo de Permissão em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.8.14.12. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.8.14.13. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total mínimo estimado para a outorga das permissões onerosas de uso dos espaços públicos é de **R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais)**, conforme valores mínimos individualizados constantes da tabela do item 1.1 deste Termo de Referência e do Laudo de Avaliação de Exploração Econômica de Espaço Público anexo aos autos.

10.2. Por se tratar de leilão público, o valor indicado constitui referência mínima para a formulação dos lances, cabendo aos interessados ofertarem **MAIOR LANCE** ou **MAIOR OFERTA** sobre o valor mínimo definido pela Administração para cada item.

10.3. O presente procedimento não representa despesa para o Município, mas receita pública decorrente da exploração econômica temporária de bens públicos municipais por particulares, mediante pagamento de outorga em favor da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Em razão da inexistência de desembolso financeiro pelo Município, não se exige indicação de dotação orçamentária específica para custeio do objeto. Os valores arrecadados deverão ser ingressados nos cofres municipais conforme a classificação contábil e orçamentária definida pelo setor competente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 – www.guaraciaba.mg.gov.br



enquanto eventuais despesas administrativas relacionadas à organização geral do Festival Cultural de Festa de Santana 2026 deverão ser tratadas em procedimentos próprios, sem se confundirem com a presente permissão onerosa de uso.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Guaraciaba-MG, 18 de junho de 2026.

Gislene Evangelista Ferreira

Secretária Municipal De Cultura, Esporte, Lazer E Turismo